

1

Ata da Sexta Reunião Extraordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Do Adolescente do AM/ 2024.

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

No dia vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas da tarde, de forma online, realizou-se a sexta reunião extraordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, presidida pela presidente Amanda Cristina Gomes Ferreira. PRESENTES: Andreza de Souza-**SEJUSC**; Roberto Said de Oliveira-**SEFAZ**; Everaldo Ramos dos Santos – **SEC**; Amanda Cristina- IACAS; Izys Maria Rodrigues - IACAS; Maura de Jesus Pantoja – Vida Alegre; Neila Regina Souza – Casa de Sara; Margarete Roche – CÁRITAS; Rosivane Souza- CÁRITAS Janiel Oliveira Cundes - MCVE. A) Aprovação do atesto. A presidente da as boas-vindas e apresenta o objetivo da reunião. O conselheiro Roberto Said pede a fala para informar sobre sua conversa com o colaborador Ênio Queiroz convidado da comissão de orçamento e finanças, onde eles desconfiam que já tenha sido realizado o pagamento da segunda medição e informa que o papel do conselho se faz desnecessário. Menciona que é dever do conselho avaliar qualquer pagamento, pois foi o conselho quem conseguiu os recursos para as obras, então o conselheiro sugere a presidente para que seja feito um encaminhamento ao tribunal de contas e a PGE, para que seja definido este entendimento do fluxo do pagamento e que a PGE dê o auxílio. O conselheiro também fala que dando a aprovação eles terão um respaldo de uma coisa que já foi feita sem a consulta do conselho, e que pelo conhecimento do mesmo através de dados do portal da transparência, foi pago no dia 18/11/2024 através da ordem bancária Nº07 o valor de 379.274,00 (trezentos e setenta e nove mil duzentos e setenta e quatro). Sendo assim, o conselheiro diz que é desnecessário o conselho ter este trabalho. A presidente Amanda Cristina (IACAS) fala que a SEJUSC terá que ser chamada para esclarecimento, pois quem é o responsável de deliberar sobre as formas de execução é o conselho, e que anteriormente já estava acerta junto com a SEJUSC que os atestos viriam para o conselho, e que se eles estão pagando antes do atesto então terá que ser feito um esclarecimento, pois a a secretaria está pedindo caráter de urgência para ser feito o pagamento de uma coisa que



37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

já foi paga. Sendo assim, a presidente também informa que esta reunião será declinada será pedido pauta de reunião da SEJUSC na reunião ordinária. A presidente Amanda Cristina (IACAS) fala que é um descumprimento total do que foi deliberado pelo conselho, pois o que foi acordado é que o pagamento seja feito após o atesto, mas se a secretaria já pagou sem o atesto então ela terá que dar esclarecimento ao conselho e a partir do esclarecimento serão tomadas as providencias cabíveis. Após isso, pergunta se todos os conselheiros presentes em reunião entendem da mesma forma. A conselheira Andreza de Souza (SEJUSC) pede para a secretaria Rosalina entrar na reunião e fala que elas desconhecem sobre os pagamentos, e que precisava desta reunião assim como foi feita na primeira medição para poder liberar o pagamento. A presidente Amanda Cristina (IACAS) fala que isto é uma coisa grave, pois é um desacordo do que foi deliberado pelo conselho em reunião ordinária. O conselheiro Roberto Said (SEFAZ) fala que foi ao local da obra ter algumas informações, mas que teve um sentimento de revolta pelo acontecimento, mas que espera pelos esclarecimentos da secretaria, o conselheiro fala que está tirando do portal da transparência as informações sobre o pagamento e compartilha no grupo de WhatsApp do conselho. A conselheira Andreza de Souza (SEJUSC) afirma que em contato com a secretaria Rosalina ela afirma também não saber sobre os pagamentos e que irá rever com a UGPE, e que não teria logica pedir uma reunião de atesto para o pagamento se o pagamento já foi feito. A presidente Amanda Cristina (IACAS) entende que não tem o que atestar uma vez que já foi pago, e terá que ser feita uma reunião com todos para o entendimento da situação e que a partir desta reunião será decidido os procedimentos que o conselho deve tomar. O conselheiro Roberto (SEFAZ) informa que para título de ciência, ele encaminhará no grupo do WhatsApp as fotos que mostram o andamento da obra e um comparativo das últimas imagens feitas no dia 11/11/2024 com as novas imagens feitas no dia 28/11/2024. A conselheira Andreza de Souza (SEJUSC) pede a fala e pede desculpas e informa que a secretaria Rosalina irá pedir uma explicação da UGPE para apresentar ao conselho, e também pede para que aguardem a manifestação da UGPE antes de mandar algo ao Tribunal de Contas, ela menciona que a intenção é de não atrasar a obra mas também de fazer oque é acordado pelo conselho, reitera que não sabia sobre o pagamento, mas que irão chamar a UGPE para explicações



71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

e que após isso seria tomada a decisão em reunião ordinária sobre o encaminhamento ao Tribunal de contas ou outro posicionamento. O conselheiro Roberto Said (SEFAZ) pede a fala e afirma que tudo depende de como a SEJUSC entende a questão de TCE e PGE, e seria pelo conflito de entendimento na situação de quem direciona e quem acompanha as execuções das políticas voltadas para Criança e Adolescentes, ele também fala entender que o conselho surgiu para isso, e que a lei de criação do fundo e a lei de criação do conselho foram criadas juntas, ou seja, fundo e o conselho devem ser discutidos juntos, e que se não fosse para ser desta forma então não teria a necessidade de existir um conselho e não teria o porquê ter um fundo, e então a SEJUSC seria responsável por tudo. O conselheiro afirma que prefere aguardar o posicionamento da UGPE e depois quem delibera é o conselho. A presidente aponta como encaminhamento a solicitação de esclarecimento da SEJUSC na reunião ordinária, solicitando que quem ordenou o pagamento possa estar presente, e assim será feita a deliberação, e que não terá o atesto aprovado para esta reunião, pois não tem necessidade. Em seguida, a presidente pede a confirmação de todos e TODOS CONCORDAM. A presidente da continuidade afirmando que a próxima reunião ordinária terá como pauta a rediscussão do atesto e dos combinados em relação a obra. A conselheira Andreza de Souza (SEJUSC) pede novamente desculpa e reafirma que ela e a secretaria Rosalina não tinham ciência deste fato e que irão pedir esclarecimentos da UGPE, fala também que não foi sua intenção fazer os conselheiros "perderem tempo" com seu pedido de urgência para a reunião virtual. A presidente Amanda (IACAS) fala que isto é importante para que a secretaria saiba que o recurso do fundo é deliberado e executado pelo conselho, a presidente fala então que é importante para que todos compreendam a posição do conselho. O conselheiro Roberto Said (SEFAZ) fala que não está confrontando a SEJUSC, mas sim que a Sejusc esteja alinhada com o conselho para que sejam executas da forma certa as atividades, e que não é sua intenção levar a questão para o tribunal de contas para prejudicar ou favorecer ninguém, mas sim que faça valer a finalidade do conselho e do fundo. A presidente Amanda (IACAS) aproveita a fala do conselheiro Roberto para agradecer, por tê-lo como um servidor que compreende o seu lugar de colaborador da população, seja ela infantojuvenil ou qualquer outra. Agradece a participação de todos e dá por encerrada a reunião.